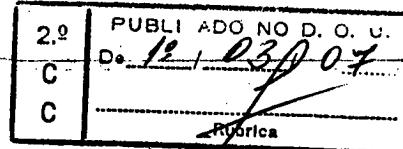




MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº 10840:000443/2002-32
Recurso nº 133.874 Voluntário
Matéria Processo Administrativo Fiscal
Acórdão nº 202-11.603
Sessão de 07 de dezembro de 2006
Recorrente COSTALLAT FERREIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
Recorrida DRJ em Ribeirão Preto - SP



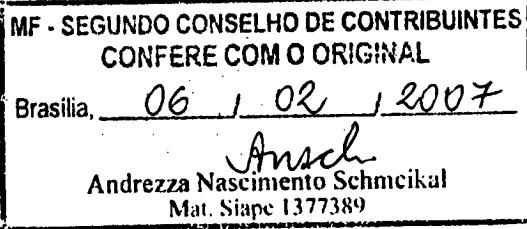
Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Período de apuração: 01/09/1991 a 30/04/1995

Ementa: PRAZOS. RECURSOS. ADMISSIBILIDADE.

É intempestivo o recurso voluntário interposto após o trintídio previsto no *caput* do art. 33 do Decreto nº 70.235/1972.

Recurso não conhecido.



Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.

Antônio Carlos Atulim
ANTONIO CARLOS ATULIM

Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Gustavo Kelly Ajencar, Nadja Rodrigues Romero, Ivan Allegretti (Suplente), Antonio Zomer, Simone Dias Musa (Suplente) e Maria Teresa Martínez López.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília,	06 / 02 / 2007
Andrezza Nascimento Schmeikal	
Mat. Siape 1377389	

CC02/C02
Fls. 2

Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra o Acórdão nº 10.489, de 23/01/2006, da DRJ em Ribeirão Preto - SP, que julgou improcedente a manifestação de inconformidade da contribuinte.

Regularmente notificada daquela decisão em 23/02/2006 (AR de fl. 83), a contribuinte interpôs o recurso voluntário de fls. 85 e seguintes em 03/04/2006.

É o Relatório.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTEIS	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>06</u> / <u>02</u> / <u>2007</u>	
<i>Anschi.</i>	
Andrezza Nascimento Schinicikal	
Mat. Siape 1377389	

CC02/C02
Fls. 3

Voto

Conselheiro ANTONIO CARLOS ATULIM, Relator

O *caput* do art. 33 do Decreto nº 70.235/72 estatui que da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, desde que interposto nos 30 (trinta) dias seguintes, contados da ciência.

Constata-se nos autos que a recorrente conheceu da decisão recorrida em 23/02/2006, segundo o aviso de recebimento de fl. 83, e apresentou o seu recurso voluntário em 03/04/2006 (fl. 85), além dos trinta dias seguintes àquela ciência, portanto, intempestivamente.

Tendo em vista o não atendimento de requisito objetivo para sua interposição, voto no sentido de que a Câmara não tome conhecimento do recurso.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 2006.


ANTONIO CARLOS ATULIM